

IX ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO I

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Educação Jurídica

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - PR

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - SP

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - MS

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Comissão Especial

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UFRJ - RJ

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - PB

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - MG

Prof. Dr. Rogério Borba - UNIFACVEST - SC

G326

Gênero, sexualidades e direito I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Silvana Beline Tavares; Tatiana Stroppa; Fabrício Veiga Costa – Florianópolis: CONPEDI, 2026.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-571-2

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Constituição, Processo e Justiça Social: o papel da jurisdição constitucional na efetivação de direitos

2. Gênero. 3. Sexualidades e direito. IX Encontro Virtual do CONPEDI (2: 2026: Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

IX ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO I

Apresentação

TEXTO DE APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos esta obra coletiva, fruto das ricas discussões ocorridas no âmbito do GT 44 – Gênero, Sexualidades e Direito I, durante o IX Encontro Virtual do CONPEDI, realizado de 22 a 26 de junho de 2026. Sob a coordenação precisa dos professores Dr. Fabrício Veiga Costa (Universidade de Itaúna - MG), Dra. Silvana Beline Tavares (Universidade Federal de Goiás) e Dra. Tatiana Stroppa (Centro Universitário de Bauru – ITE), o grupo de trabalho consolidou-se como um espaço fundamental de resistência teórica, no qual o Direito é tensionado a responder pelas dores, lutas e complexidades que atravessam as relações de gênero e sexualidade na contemporaneidade.

Os capítulos que integram este volume não se limitam à reprodução de dogmáticas tradicionais; eles propõem um mergulho crítico e transdisciplinar em temas que desafiam as instituições brasileiras. Convidamos você, leitor, a percorrer cada uma dessas reflexões, estruturadas para desconstruir preconceitos e apontar caminhos para a real igualdade material.

O artigo "Interseccionalidade e o mito do amor materno: desafios institucionais no atendimento à mulher na entrega voluntária para adoção", de José Mauro Garboza Junior, Francisco da Silva Reis Filho e Pamala Semxexem, abre nossas reflexões questionando as barreiras morais e a herança colonial que estigmatizam as mulheres que optam pela entrega voluntária. Sob a lente do feminismo decolonial, os autores demonstram como a fiscalização do Estado pune desproporcionalmente mães negras e pobres, transformando um direito legal em uma suposta falha moral.

Avançando para o cenário virtual, o texto "Imagem, consentimento e controle: o desafio da proteção das mulheres nas redes sociais no Brasil", escrito por Luana Cruz de Araújo, Paulo Gabriel Gil Batista Melgueiro e Thiago Augusto Galeão De Azevedo, joga luz sobre o avassalador impacto do revenge porn, do sexting e das deepfakes. O capítulo convida o leitor a compreender como as redes reproduzem o controle histórico sobre o corpo feminino, evidenciando as limitações práticas na remoção de conteúdos e propondo soluções voltadas à educação digital e à sororidade online.

Em uma densa abordagem criminológica, o artigo "Perspectiva crítica sobre o Direito Penal no combate à violência de gênero e reflexões sobre o punitivismo", desenvolvido por Eduarda Vitoria Ortolan e Alessandra Brustolin, questiona a eficácia de legislações de emergência, como o recente Pacote Antifeminicídio (Lei nº 14.994/2024). As autoras desmistificam a ilusão punitiva e defendem, com brilhantismo, que a erradicação da violência letal contra as mulheres exige a superação do foco no encarceramento posterior e o investimento real em políticas públicas preventivas e interdisciplinares.

O texto "Injustiça epistêmica testemunhal e denúncia caluniosa: a desproporcionalidade punitiva diante da retratação coercitiva da mulher em situação de violência doméstica e familiar", de autoria de Rafael da Silva Melo Glatzl e Keylla dos Anjos Melo Glatzl, introduz um conceito teórico sofisticado e urgente. Os pesquisadores demonstram como o sistema de justiça opera uma violência de segunda ordem quando usa a retratação de uma vítima — frequentemente produzida sob severa coerção relacional — para imputar-lhe o crime de denúncia caluniosa, violando tratados internacionais e garantias constitucionais.

No campo das soluções procedimentais, o capítulo "Mecanismos tecnológicos de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e a efetividade da tutela jurisdicional", assinado por Karem Livia Miranda De Carvalho e Tereza Rodrigues Vieira, examina a interseção entre o aparato normativo e a inovação tecnológica. Por meio da análise de instrumentos práticos

demonstrando que a baixa presença desse grupo nas universidades resulta de violências estruturais iniciadas na educação básica e que o ingresso formal precisa ser amparado por políticas institucionais de permanência e reconhecimento.

Mergulhando no ecossistema discursivo digital da extrema-direita e do neoconservadorismo, o texto "A gramática do ódio: necropolítica de gênero e a monetização do ressentimento na machosfera brasileira", elaborado por Bruna de Oliveira Andrade, Joice Graciele Nielsson e Igor Felipe Bergamaschi, analisa léxicos como Red Pill, Alpha e Beta. A pesquisa revela uma perturbadora engrenagem em que as plataformas digitais lucram com o engajamento polarizado, transformando o "mito da vitimização masculina" em um ativo financeiro que fomenta a pedagogia do terror contra minorias.

A realidade carcerária é densamente problematizada no artigo "Segregação prisional: a situação de mulheres transgênero no sistema penitenciário brasileiro", escrito por Rosemara Unser, Joana Silvia Mattia e Joice Graciele Nielsson. A partir de um método teórico-dedutivo, as autoras escancaram as diversas camadas de violência — física, simbólica e institucional — enfrentadas por mulheres transexuais sob custódia do Estado, reforçando que o respeito à identidade de gênero é dimensão inalienável da dignidade humana, inclusive na execução penal.

Trazendo um recorte empírico de extrema relevância, o capítulo "Déficit de atendimento especializado e violação constitucional aos direitos das vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher: o descumprimento da Lei n.º 14.541/2023 no Norte Pioneiro do Paraná", de Rafael da Silva Melo Glatzl e Keylla dos Anjos Melo Glatzl, confronta o texto legal com a realidade. Ao analisar a 12ª Subdivisão Policial de Jacarezinho/PR, os autores criam categorias analíticas preciosas para denunciar o hiato da descontinuidade qualitativa e da ausência de cobertura territorial na segurança pública protetiva.

No instigante ensaio "Natureza e cuidado: a invisibilização do trabalho de cuidado como um

15.384/2026", de Mayara Grasiella Silvério, Dhiessica Monielen Biava Marcon e Alessandra Brustolin. O estudo examina minuciosamente os obstáculos culturais para a aplicação da nova lei de proteção contra a violência vicária, concluindo que sua eficácia prática está umbilicalmente ligada à adesão obrigatória dos magistrados ao Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do CNJ.

O ambiente prisional nortista recebe uma profunda avaliação no capítulo "Encarceramento LGBTQIAPN+ em Manaus/AM: análise crítica das condições de custódia à luz dos dados do GMF/TJAM (2024)", de autoria de João Gabriel Cirelli Medeiros, Augusto Rachid Reis Bittencourt Silva e Thiago Augusto Galeão De Azevedo. Articulando dados empíricos de um mutirão social recente, os autores caracterizam de forma precisa o sistema prisional amazonense como um cenário "em transição": houve avanços contra a invisibilidade total, mas a aplicação das normas protetivas ainda se mostra fragmentada e seletiva.

A partir do referencial teórico tridimensional da justiça de Nancy Fraser, o texto "Representação política feminina e justiça social em Nancy Fraser: a presidência de Erika Hilton e a ampliação do enquadramento dos sujeitos políticos femininos", de Lorena Vizzoni da Silva Coelho, Fernanda Martins Prati Maschio e Amanda Netto Brum, analisa um marco institucional histórico. As autoras sustentam que a ocupação de Erika Hilton na presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher atua de maneira profundamente transformativa, deslocando as fronteiras rígidas e interseccionando o próprio sujeito político "mulher".

Ainda sob a genialidade teórica de Fraser, o artigo "Entre reconhecimento e reparação: o dano moral mínimo em violência doméstica sob a perspectiva de Nancy Fraser", produzido por Carla Kunde Soares, Júlia Ferreira Braz Caurio e Fabiane Simioni, faz uma brilhante denúncia empírica. Ao analisarem mais de duas centenas de sentenças e acórdãos do Rio Grande do Sul (2025), as pesquisadoras revelam como a padronização de indenizações em valores irrisórios desloca a mulher do centro da proteção jurisdicional, priorizando

O empoderamento financeiro como escudo ganha centralidade no texto "O empoderamento econômico das mulheres e a violência patrimonial", de Patrícia Pacheco Rodrigues Machida e Samantha Ribeiro Meyer-Pflug. As autoras analisam a violência patrimonial prevista na Lei Maria da Penha em harmonia com a Agenda 2030 da ONU, tecendo também uma crítica severa a propostas legislativas retrocessas — como o PL nº 04/05 — que ameaçam desamparar as mulheres na velhice, caracterizando uma inadmissível violência patrimonial promovida pelo próprio Estado.

Buscando no passado as armas para as lutas do presente, o trabalho "Promotoras Legais Populares Rosa Cabinda: memória, resistência e a desconstrução interseccional do Direito em Juiz de Fora", de Raquel Pinto Coelho Perrota e Laura Barbeto de Freitas, resgata a história de uma mulher escravizada que ajuizou sua ação de liberdade em 1873. Os autores demonstram de forma tocante e rigorosa como esse projeto de educação jurídica popular feminista reconstrói o Direito a partir das margens e democratiza o acesso à justiça em Minas Gerais.

A urgência de novos direitos no ciberespaço é o cerne do artigo "Racismo digital e a violência psicológica virtual contra a mulher", de autoria de Maria Alice de Souza van der Linden. O capítulo provoca o leitor a refletir sobre a complexidade em mensurar a dimensão temporal e espacial dos danos psicológicos causados no ambiente virtual e questiona a eficácia dos planos estatais de enfrentamento para conter crimes que se disseminam de forma veloz e sem fronteiras.

O ciclo vicioso que afasta as mulheres da esfera pública é destrinchado no texto "Sub-representação feminina e violência política de gênero: impactos sobre os direitos da personalidade e a efetividade democrática", de Andressa Juliana Alexandre Pedrochi Alves Feitoza. A pesquisa demonstra com clareza como as agressões, difamações e exclusões institucionais disciplinadas pela Lei nº 14.192/2021 ferem de morte a integridade psíquica e a honra das parlamentares, atuando simultaneamente como causa e efeito de uma democracia

Fechando com chave de ouro, o livro apresenta o artigo "Violência vicária como feminicídio indireto: posituação do vicaricídio e limites da resposta penal no Brasil", escrito por Josiane Petry Faria, Carina Ruas Balestreri e Milena Haubert dos Santos. Dialogando com as lentes teóricas de Heleieth Saffioti e Rita Segato, as pesquisadoras analisam o crime de vicaricídio introduzido pela Lei nº 15.384/2026, propondo a categoria analítica do "feminicídio indireto" quando a aniquilação da mulher ocorre por meio da destruição violenta de seus filhos e vínculos afetivos.

Esta coletânea não foi feita para repousar de forma estática nas estantes acadêmicas. Ela pulsa com a urgência das ruas, dos tribunais, das delegacias e dos espaços digitais. Trata-se de uma leitura indispensável para juristas, advogados, defensores públicos, estudantes e ativistas que buscam um Direito vivo, corajoso e verdadeiramente comprometido com a dignidade de todas as existências.

Convidamos você a abrir estas páginas, a deixar-se inquietar pelas denúncias e a inspirar-se pelas alternativas aqui construídas.

Tenha uma excelente e transformadora leitura!

Fabício Veiga Costa

Professor do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Proteção dos Direitos Fundamentais da Universidade de Itaúna –MG-. Doutorado e mestrado em Direito. Pós-doutorado em Educação, Psicologia e Direito. Especializações em Direito Processual, Direito de Família e Direito Educacional.

Silvana Beline Tavares

Doutora em Sociologia pela UNESP/Araraquara, mestre em Sociologia pela Universidade

Doutora em Direito (2020) e Mestre em Direito (2006) pelo programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - Centro Universitário de Bauru - Instituição Toledo de Ensino (ITE). Atualmente é professora de Ciência Política, Direito Constitucional e de Direito Processual Constitucional do Curso de Direito do Centro Universitário de Bauru (CEUB-ITE) e da Faculdade Iteana de Botucatu, bem como de Teoria Geral da Constituição no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do Centro Universitário de Bauru (CEUB-ITE). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público, atuando, principalmente, nos temas que envolvem a liberdade de expressão, o direito de informação e de comunicação, a proteção de dados pessoais e a regulação das plataformas digitais.

A GRAMÁTICA DO ÓDIO: NECROPOLÍTICA DE GÊNERO E A MONETIZAÇÃO DO RESENTIMENTO NA MACHOSFERA BRASILEIRA

THE GRAMMAR OF HATE: GENDER NECROPOLITICS AND THE MONETIZATION OF RESENTMENT IN THE BRAZILIAN MANOSPHERE

**Bruna de Oliveira Andrade
Joice Graciele Nielsson
Igor Felipe Bergamaschi**

Resumo

O presente artigo analisa a machosfera brasileira como um ecossistema discursivo e político voltado à restauração patriarcal na era digital. O objetivo central é investigar como a "gramática do ódio", composta por léxicos como Red Pill, Alpha e Beta, opera como um dispositivo de classificação moral e hierarquização social, fomentando a radicalização masculina. Metodologicamente, a pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, ancorada na teoria crítica e nos conceitos de necropolítica de gênero e capitalismo de vigilância. Os resultados demonstram que a misoginia online não é um fenômeno isolado, mas um projeto político sustentado pela economia do ressentimento, onde plataformas digitais monetizam o ódio por meio de arquiteturas algorítmicas que privilegiam o engajamento polarizado. Identifica-se uma interseção estratégica entre a cultura do aconselhamento financeiro e a misoginia, transformando o "mito da vitimização masculina" em um ativo rentável. Conclui-se que a machosfera atua como uma pedagogia do terror que produz a morte social de mulheres e minorias, exigindo respostas que transcendam a punição individual e questionem a responsabilidade das plataformas e a estrutura do capital digital. A pesquisa contribui para o debate sobre violência de gênero e direitos humanos ao desvelar as conexões entre masculinidades tóxicas, vertentes neoconservadoras e discursos de supremacia no cenário brasileiro contemporâneo.

Palavras-chave: Algoritmos, Capitalismo de vigilância, Machosfera, Necropolítica, Ressentimento

engagement. A strategic intersection between financial coaching culture and misogyny is identified, transforming the "myth of male victimization" into a profitable asset. It is concluded that the manosphere acts as a pedagogy of terror that produces the social death of women and minorities, requiring responses that transcend individual punishment and question platform responsibility and the structure of digital capital. The research contributes to the debate on gender violence and human rights by unveiling the connections between toxic masculinities, neoconservative trends, and supremacist discourses in the contemporary Brazilian scenario. This study highlights the urgent need for a systemic critique of how digital environments reshape power relations and patriarchal oppression.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Algorithms, Manosphere, Necropolitics, Resentment, Surveillance capitalism

1. INTRODUÇÃO

A virada tecnológica do século XXI não apenas alterou as formas de comunicação humana, mas reconfigurou profundamente as estruturas de poder e as dinâmicas de dominação patriarcal. O ambiente digital, outrora vislumbrado como um espaço de democratização e pluralidade, tornou-se o território fértil para a emergência e consolidação da "machosfera" (ou manosphere), um ecossistema discursivo coeso que abriga grupos antifeministas, masculinistas e comunidades de radicalização. Este artigo propõe uma análise crítica sobre a gramática que sustenta esses espaços e como ela instrumentaliza a violência de gênero sob novas roupagens tecnológicas e econômicas.

A problemática central reside na percepção de que a violência contra a mulher nos ambientes digitais não é um subproduto acidental da liberdade de expressão, mas uma continuidade histórica das estratégias de controle sobre os corpos e subjetividades femininas. Como observa Federici (2017), o patriarcado e o capitalismo operam de forma simbiótica; na era digital, essa simbiose manifesta-se no "capitalismo de vigilância" (Zuboff, 2021), onde o ressentimento masculino é transformado em um ativo rentável. Algoritmos de recomendação, desenhados para maximizar o engajamento através da polarização, acabam por amplificar discursos misóginos, criando câmaras de eco que validam a hostilidade e a exclusão.

A análise aqui desenvolvida parte da premissa de que a machosfera brasileira possui uma gramática própria, um léxico nativo que funciona como dispositivo de classificação moral e hierarquização social. Termos como Red Pill¹, Chad², Alfa³ e Beta⁴ não são meras gírias de internet, mas categorias que produzem subjetividades e regulam expectativas de comportamento. Arcanjo Neto (2025) destaca que essa inserção de elementos simbólicos transborda a vida on-line, afetando a percepção de mundo de homens que se sentem "desajustados" diante dos avanços das pautas de gênero, encontrando nesses grupos um acolhimento baseado na pedagogia do ódio.

¹ Termo inspirado na pílula vermelha de Matrix (1999). Na manosphere, é usado para descrever a ideia de que alguns homens passariam a enxergar as relações entre homens e mulheres como marcadas por vantagens femininas em uma sociedade vista por esse grupo como ginocêntrica.

² Figura usada na machosfera para representar o homem visto como altamente desejável, socialmente dominante e bem-sucedido nas relações afetivo-sexuais, funcionando como um modelo idealizado que muitos consideram difícil ou impossível de alcançar.

³ Imagem do homem visto como dominante, confiante, bem-sucedido e atraente. Na machosfera, ser "alfa" aparece como um ideal masculino, ligado à busca por respeito, poder e destaque nas relações sociais e sexuais.

⁴ Termo usado, nesses grupos, para se referir a homens vistos como inferiores aos "alfas" em status social e sexual.

Ademais, este estudo investiga a intersecção entre a cultura do aconselhamento financeiro e a misoginia digital. Observa-se a ascensão do "empreendedor de si" que, sob a lógica neoliberal, passa a ler as relações afetivas através da métrica do custo-benefício. Nesse prisma, a mulher é frequentemente retratada como um obstáculo ao sucesso econômico ou um recurso a ser explorado, consolidando o que chamamos de "terapeutização do ressentimento". A radicalização, portanto, encontra no mito da vitimização masculina o seu principal motor: o homem deixa de ser o detentor histórico de privilégios para se tornar, na sua própria narrativa, o oprimido de um sistema "matriz" controlado por mulheres.

O objetivo deste artigo é, portanto, desvelar as camadas de poder que sustentam essa radicalização, utilizando uma abordagem interseccional que considere gênero, raça e classe. A metodologia consiste em uma análise qualitativa de cunho bibliográfico e documental, dialogando com autores fundamentais como Butler, Connell e Mbembe para compreender a "necropolítica de gênero" que opera no digital. Estruturalmente, o texto percorre a análise do léxico masculinista, a exploração econômica do ódio e as implicações biopolíticas dessa violência, culminando em uma reflexão sobre a necessidade de novas gramáticas de resistência.

2. A GRAMÁTICA DA MACHOSFERA E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NOS AMBIENTES DIGITAIS: UMA ANÁLISE SOBRE A RADICALIZAÇÃO E O PODER

A análise evidencia, em primeiro lugar, que a violência de gênero nos ambientes digitais não pode ser compreendida como ocorrência isolada ou simples desdobramento das interações online. Trata-se de uma continuidade histórica de estratégias de controle sobre os corpos e subjetividades femininas, agora reconfigurada no interior de plataformas digitais.

Nessa direção, Federici (2017) demonstra que a violência contra as mulheres integra o próprio processo de constituição do capitalismo e do patriarcado moderno, especialmente por meio da subordinação do corpo feminino e da expropriação do trabalho reprodutivo. Essa perspectiva permite compreender que a misoginia contemporânea, embora recodificada em novas linguagens digitais, mantém vínculos profundos com formas históricas de sujeição e disciplinamento.

Ao observarmos a transposição dessas violências para o ecossistema digital, percebemos que não há apenas uma mudança de suporte, mas uma sofisticação técnica que amplia a capilaridade do ódio. A investigação sobre a arquitetura algorítmica, especialmente em plataformas de consumo rápido, revela como o fenômeno se enraíza em uma maximização deliberada da hostilidade, conforme aponta a literatura recente:

A presente pesquisa teve como objetivo analisar como o fenômeno redpill se apresenta no contexto brasileiro da plataforma Tik Tok, suas características, desenvolvimento algorítmico e a maximização dos discursos de ódio contra as mulheres através dos espaços digitais (Farias, 2024, p.1).

Essa construção identitária, amparada em releituras distorcidas da cultura pop, estabelece uma dicotomia entre uma suposta "verdade" revelada e um mundo fictício dominado por pautas de gênero. Trata-se de uma performance de dominação que utiliza as redes como palco de legitimação, transformando o controle em um valor aspiracional.

No ambiente da machosfera, essa atualização opera por meio de uma gramática própria. O vocabulário nativo, composto por expressões como Chad, Stacy, Alfa, Beta, Red Pill, Blue Pill e Black Pill, não funciona apenas como jargão interno, mas como verdadeiro dispositivo de classificação moral e social. Essas categorias produzem hierarquias entre homens, fixam expectativas sobre o comportamento feminino e organizam narrativas de frustração, ressentimento e revanche simbólica. O Chad, por exemplo, aparece como figura idealizada do homem branco, atraente, forte, financeiramente bem-sucedido e sexualmente desejado; a Stacy, como arquétipo da mulher desejável que escolheria apenas homens situados no topo dessa hierarquia. Já a distinção entre Alfa e Beta reforça uma lógica de virilidade competitiva, em que a masculinidade precisa ser constantemente provada, exibida e validada.

A análise do léxico nativo dessas comunidades revela que o uso de terminologias específicas transcende o mero jargão grupal. Tais expressões operam como dispositivos de classificação moral, balizando condutas e segregando os indivíduos entre aqueles que atingiram o ideal de "despertar" e os que permanecem na suposta alienação (Farias, 2024, p. 3).

Esse repertório confirma a atualidade da noção de masculinidade hegemônica em Connell e Messerschmidt (2013). O modelo valorizado nesses espaços não corresponde à experiência concreta da maioria dos homens, mas opera como ideal normativo que assegura a dominação masculina e a subordinação tanto das mulheres quanto de masculinidades consideradas desviantes. Kimmel (1998) contribui para esse debate ao

demonstrar que a masculinidade é produzida sob intensa vigilância social, exigindo comprovação contínua de força, controle e superioridade. Na machosfera, essa pressão é radicalizada: a falha em atingir o padrão esperado converte-se em ressentimento, inadequação e hostilidade. A canalização desse ressentimento para o ambiente digital atua como um catalisador de processos de radicalização. Observa-se que a adesão a perspectivas extremistas é alimentada por uma estrutura que aprofunda a misoginia e a opressão contra minorias, integrando o sujeito em uma rede de hostilidade sistêmica:

Os resultados apontam o movimento redpill como fator contribuinte à radicalização de meninos e homens e sua adesão às perspectivas extremistas, favorecendo o aprofundamento da misoginia e de demais opressões produzidas contra indivíduos de outras minorias no Brasil (Farias, 2024, p. 2).

A contribuição de Butler (2018) é decisiva para compreender esse processo. O gênero não é qualidade natural, mas resultado da repetição de atos, gestos e discursos que produzem a aparência de uma identidade estável. Nos ecossistemas digitais da machosfera, a masculinidade é incessantemente performada, ensinada e policiada. Vídeos, tutoriais, reacts, mentorias e fóruns funcionam como pedagogias de gênero voltadas à fabricação de um homem assertivo, autossuficiente, heterossexual, emocionalmente contido e dominador. Ao mesmo tempo, essas plataformas estigmatizam aqueles que não conseguem sustentar esse ideal, expondo a própria instabilidade da identidade masculina que pretendem naturalizar.

A figura do influenciador digital, nesse contexto, assume a função de um arquiteto de subjetividades. Ao converter autoridade simbólica em validação de condutas, esses agentes utilizam técnicas de persuasão emocional para naturalizar a subordinação feminina sob a máscara do entretenimento e da autoajuda, consolidando as redes como espaços de legitimação de uma masculinidade pautada no controle (Morais; Oliveira, 2025).

Sob a lente da interseccionalidade, o quadro revela ainda mais complexidade. Collins (2022) e Collins e Bilge (2021) demonstram que os sistemas de dominação atuam de forma articulada, e não isolada. A masculinidade valorizada na machosfera é também racializada, classista e corporalmente marcada, ainda que isso nem sempre seja explicitado. O ideal de homem desejável é frequentemente branco, atlético, heterossexual e economicamente bem-posicionado. Em contrapartida, homens negros, periféricos, pobres, LGBTQIAPN+ ou considerados fisicamente inadequados aparecem nas margens desse regime de reconhecimento.

A complexidade desse quadro revela que a exclusão operada não é unidimensional. A manifestação de preconceitos que perpassam raça, classe e estética corporal demonstra que o regime de reconhecimento dessas comunidades marginaliza sistematicamente qualquer sujeito que divirja do padrão do "macho alfa" branco e economicamente bem-posicionado (Farias, 2024). Não se trata, portanto, apenas de reafirmação da supremacia masculina sobre as mulheres, mas de reprodução de uma ordem social mais ampla, hierárquica e excludente.

A perspectiva foucaultiana ajuda a compreender como essas subjetividades são produzidas e reguladas. Em Foucault (1987; 1988), o poder não se reduz à proibição: ele também fabrica sujeitos, normaliza condutas e define regimes de verdade. No contexto digital, algoritmos, métricas de engajamento, recomendações automatizadas e dinâmicas de visibilidade operam como dispositivos de poder que favorecem a circulação de conteúdos polarizadores, intensificam câmaras de eco e ampliam a adesão a discursos misóginos. A neutralidade técnica das plataformas é uma falácia que mascara a propositividade algorítmica no crescimento do discurso de ódio. A investigação sistemática sobre as narrativas digitais evidencia como o controle e a dominação são camuflados por estéticas de autoajuda:

A investigação revelou o uso sistemático de metáforas misóginas, narrativas de desvalorização feminina e técnicas de manipulação emocional. Esses elementos evidenciam como as redes sociais funcionam como espaços de legitimação de uma masculinidade baseada no controle, na dominação e na subordinação de mulheres, camuflados como entretenimento e autoajuda (Morais; Oliveira, 2025, p. 2).

Essa dinâmica se articula diretamente ao capitalismo de vigilância. Zuboff (2021) demonstra que o modelo econômico das grandes plataformas se estrutura na extração de dados comportamentais e na maximização do engajamento. Conteúdos extremados, afetivamente mobilizadores e moralmente polarizados tendem a receber maior circulação porque mantêm o público conectado por mais tempo. Nesse ambiente, a misoginia converte-se também em ativo rentável. A espetacularização do ressentimento masculino, a transformação da dor em produto e a comercialização de cursos, mentorias, comunidades fechadas e fórmulas de “autoaperfeiçoamento” revelam que a machosfera brasileira não apenas difunde ideologias antifeministas, mas também as insere em uma lógica de mercado. A dimensão pragmática desse fenômeno revela-se na sua capacidade de gerar lucro. A transformação da influência em capital econômico, por meio de

mentorias e conteúdos pagos de alto valor, demonstra que o espetáculo do ressentimento é, fundamentalmente, um ativo de mercado onde o "Eu" é performado como produto:

Com cerca de 460 mil seguidores no Instagram, monetiza sua influência oferecendo conteúdos online a partir de R\$97,00 e mentorias presenciais de apenas 1h30 por R\$1.210,00. [...] Essa imagem performada passa a representar uma moeda de troca num mercado marcado pela lógica do espetáculo, no qual o “Eu” transforma-se em produto e capital (Moraes; Oliveira, 2025, p. 2).

O influenciador masculinista aparece como empreendedor da masculinidade, monetizando autoridade, frustração e promessa de restauração identitária. Os formatos de circulação reforçam esse processo. Títulos provocativos, thumbnails apelativas, linguagem emocional, ironia, humor e identificação afetiva com a audiência tornam esses conteúdos altamente adaptados à economia da atenção. Reacts a perfis femininos, comentários sobre relacionamentos, paródias e vídeos confessionais funcionam como instrumentos de retenção de público e também como estratégias de pedagogia ideológica. A vulnerabilidade masculina é recodificada em chave mercadológica: o sofrimento não é elaborado criticamente, mas convertido em oportunidade de consumo e fidelização.

A análise também mostra que a machosfera brasileira opera por ressignificação local de repertórios globais. Embora inspirada pela manosphere anglófona, ela se articula a elementos como conservadorismo religioso, moralismo sexual, retórica da família tradicional e polarização política. Essa adaptação local favorece a construção de uma contraesfera antifeminista que mobiliza indignação moral, nostalgia de hierarquias de gênero e promessa de retorno a uma suposta ordem perdida. A misoginia, nesse contexto, deixa de ser simples opinião individual para se apresentar como gramática política que organiza afetos, pertencimentos e antagonismos.

As consequências desse processo ultrapassam o plano discursivo. A violência digital contra mulheres e corpos feminilizados assume formas como perseguição, exposição, humilhação pública, pornografia não consentida, difamação e silenciamento. A noção de corpo eletrônico permite compreender que a projeção datificada da personalidade no ambiente digital é também território de disputa biopolítica e necropolítica (Colombo; Engelmann; Faleiros Júnior, 2022). O dano não é apenas simbólico: ele compromete segurança, reputação, saúde mental, permanência pública e possibilidade de fala.

Nesse ponto, a reflexão dialoga com Mbembe (2018), para quem a soberania se expressa na capacidade de decidir quem pode viver e quem deve morrer. No ambiente digital, essa lógica se manifesta como produção de uma morte em vida: silenciamento,

exclusão, destruição reputacional e desumanização de sujeitos considerados descartáveis. Sagot (2024) aprofunda esse debate ao formular a ideia de necropolítica de gênero, mostrando que a violência contra as mulheres opera como regime sistêmico de terror, articulado ao patriarcado, ao racismo, à opressão econômica, à xenofobia, à heteronormatividade e ao colonialismo. Isso é particularmente relevante para o GT, pois evidencia que mulheres negras, indígenas, LGBTQIA+ e ativistas são atingidas de modo intensificado, em razão da sobreposição de vulnerabilidades estruturais.

Segato (2016), ao entender a violência contra as mulheres como fenômeno expressivo de poder, permite perceber que a crueldade nesses ambientes possui dimensão pedagógica. A repetição da humilhação, da ridicularização e da exposição pública naturaliza a violência e reafirma a autoridade masculina diante de uma audiência. Na machosfera, esse mecanismo aparece tanto na linguagem degradante dirigida às mulheres quanto na lógica de punição simbólica imposta àquelas que escapam dos modelos de submissão, pureza ou dependência esperados.

Desse modo, a violência de gênero digital não se resume à circulação de conteúdos ofensivos, mas integra um sistema mais amplo de produção de subjetividades masculinas ressentidas, regulação dos corpos femininos e exploração econômica do ódio. A convergência entre patriarcado, algoritmos, economia de plataforma e repertórios morais conservadores mostra que a reinvenção da violência de gênero no século XXI se dá justamente na articulação entre estruturas históricas de dominação e tecnologias contemporâneas de visibilidade, classificação e lucro.

3. A INTERSECÇÃO ENTRE A CULTURA DE ACONSELHAMENTO FINANCEIRO E A MISOGINIA DIGITAL E A RADICALIZAÇÃO E O MITO DA VITIMIZAÇÃO MASCULINA NO ECOSSISTEMA DIGITAL

A análise da machosfera brasileira revela que o acolhimento de homens em situação de vulnerabilidade socioeconômica não ocorre de forma desinteressada, mas através de uma cultura terapêutica do ressentimento. Ao transformar a dor individual em uma pauta coletiva de ódio, esses espaços oferecem um sentido de pertencimento que é, simultaneamente, uma armadilha ideológica. Essa dinâmica de "acolhimento" em grupos de ódio é central para entendermos a permanência desses sujeitos em ambientes tóxicos, onde a frustração pessoal é validada e redirecionada contra o gênero feminino, conforme observado na literatura especializada:

Viver em um ambiente que estimula a misoginia, o ressentimento, a exposição das frustrações de forma pública e conjunta, provavelmente, foi muito doloroso. [...] O blog era um dos poucos espaços de acolhimento que o garoto encontrou (Miguel, Priori, p.1).

Essa cultura terapêutica se amalgama a um imperativo de produtividade que exige a reinvenção constante do sujeito sob as premissas do neoliberalismo. A "metacompetência" de se adaptar às crises do capital é traduzida, na machosfera, como a capacidade de descartar vínculos afetivos que não gerem retorno financeiro imediato. Assim, o ódio às mulheres é instrumentalizado como uma ferramenta de otimização do "Eu", onde o conhecimento e as relações só possuem validade se puderem ser convertidos em capital. Essa lógica utilitária é sintetizada pela máxima de influenciadores de finanças que circulam livremente nesses nichos, responsabilizando o indivíduo por sua condição socioeconômica:

O conhecimento vale muito pouco quando você não consegue transformar ele em dinheiro. [...] A educação financeira, imersa nessa cultura, é um meio de responsabilizar os sujeitos que vivem na pobreza a encontrar soluções para sair dela sem políticas de distribuição de renda (Miguel; Priori, 2023, p. 3).

Portanto, a construção do "empresário de si" na machosfera brasileira pressupõe a eliminação de qualquer "gasto" emocional ou financeiro com o gênero feminino, consolidando uma subjetividade pautada na frieza calculista e no desprezo sistêmico. A historicidade desse fenômeno no Brasil remonta ao início do século XXI, com o estabelecimento de fóruns e blogs que já articulavam a frustração masculina à precariedade do trabalho. O que hoje chamamos de Red Pill possui raízes profundas em comunidades que, sob nomes aparentemente inofensivos, forjaram as bases de uma interpretação misógina do sucesso. Esse vínculo histórico demonstra que a atual "onda" masculinista não é um surto isolado, mas o amadurecimento de uma rede que sempre operou nas margens da cultura digital brasileira, integrando o neoliberalismo às bases da cultura Red Pill (Miguel; Priori, 2023).

Essa rede se expande ao cooptar discursos de influenciadores populares, criando uma ponte entre a realidade da vulnerabilidade social e a ideologia extremista. Ao sugerir que relacionamentos devem estar "alinhados" ao objetivo de riqueza, esses discursos validam a exclusão de mulheres que não se submetem à lógica produtivista do parceiro. Assim, a misoginia é democratizada e vendida como o "segredo" para a ascensão social em um país marcado pela desigualdade, transformando o ódio em um pré-requisito para a sobrevivência econômica e o sucesso pessoal.

Nesse prisma, a "mulher monstruosa" e consumista é construída como o símbolo do desperdício financeiro, justificando o isolamento afetivo e o ódio como escolhas racionais de gestão de ativos. Essa intersecção revela que a machosfera brasileira não apenas difunde ideologias antifeministas, mas as insere em uma lógica de mercado onde o ódio é, literalmente, um negócio rentável e uma estratégia de blindagem patrimonial contra o que esses grupos definem como a exploração feminina.

Para aprofundarmos a compreensão sobre a eficácia dessas redes, é necessário observar como a machosfera opera através de um rito de iniciação que ressignifica a realidade do sujeito. Minha análise sobre a literatura internacional, especificamente a obra de Laura Bates, demonstra que a metáfora da "pastilla roja" (pílula vermelha) funciona como um divisor de águas cognitivo, onde o homem passa a enxergar o mundo sob uma ótica de conspiração e vitimização sistêmica. Essa percepção de que a libertação feminina é a raiz do sofrimento masculino é o que amalgama grupos tão distintos quanto os incels e os artistas da sedução, conforme destaca a resenha da obra de Bates (2024, p. 202):

Los incels usan la metáfora de la pastilla roja para describir el momento en que a un hombre se le cae la venda de los ojos y comprende de pronto que llevan mintiéndole toda la vida. [...] Si la autonomía sexual ha otorgado a las mujeres un control maléfico y tiránico sobre la vida de los hombres, la liberación femenina es la raíz de todo sufrimiento de los hombres.

Essa narrativa de sofrimento é sustentada pelo que se convencionou chamar de "mito do poder masculino", uma inversão retórica que apresenta os homens como as verdadeiras vítimas de uma sociedade dominada pelo "politicamente correto". Ao focar em estatísticas isoladas sobre suicídio ou divórcio, esses grupos constroem uma identidade de resistência contra uma suposta "mediocridade feminina" que contaminaria o "gênio masculino" (Bates, 2024). Trata-se de uma estratégia de desumanização que reduz a mulher a um objeto desistoricizado, desprovido de humanidade e agência, servindo apenas como alvo para o ressentimento acumulado.

Portanto, a machosfera não deve ser vista como um conjunto de círculos inofensivos ou isolados, mas como uma "telaraña" (teia) poderosa que se entrelaça com movimentos de supremacia branca e agentes mediáticos de extrema-direita. A facilidade com que jovens desorientados são atraídos para esses fóruns demonstra que a violência digital é o estágio final de um processo de aculturação que começa com a validação do ódio disfarçado de "busca pela verdade". Como bem sintetiza Bates (2024, p. 203):

Quieren ver a las mujeres sometidas como vasallas, como objetos usados fundamentalmente para el placer sexual masculino. [...] La machoesfera es minimizada hasta el absurdo, observada como un

conjunto de grupos integrados por pequeños círculos de personas con un sistema de creencias y estilo de vida propio, pero prácticamente inofensivos.

Essa minimização do fenômeno é, em si, um risco democrático. Ao tratarmos o "trolagem de gênero" apenas como uma ação isolada ou divertida, ignoramos o acosso sistemático e a destruição reputacional que funcionam como ferramentas de manutenção do poder patriarcal no ambiente virtual. A conexão entre a frustração sexual dos incels e a lógica utilitária dos artistas da sedução revela que, independentemente da estratégia, o objetivo final é a reiteração de uma ordem social onde a mulher é destituída de sua autonomia e reduzida a um capital erótico a ser conquistado ou punido.

Nesse prisma, a radicalização digital opera uma inversão perversa: o agressor se percebe como vítima e a violência é justificada como uma forma de "justiça" contra a opressão feminina. Essa intersecção entre o ressentimento afetivo e a ideologia supremacista demonstra que a machosfera brasileira e global compartilha uma gramática comum de ódio, que se alimenta das crises de identidade masculina para consolidar regimes de verdade violentos e excludentes.

4. A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA "CRISE DA MASCULINIDADE" E A ETNOGRAFIA DO RESENTIMENTO NO CENÁRIO BRASILEIRO

A análise da machosfera brasileira revela que a "crise da masculinidade" não deve ser lida como um fenômeno biológico ou sociológico factual, mas como um dispositivo discursivo de sofrimento. Arcanjo Neto (2025), ao realizar uma etnografia virtual dos porões digitais brasileiros, identifica que essa percepção de crise é alimentada por uma narrativa de perda de privilégios que é convertida, pedagogicamente, em uma identidade de vítima. Essa construção é fundamental para a coesão do grupo, pois estabelece um inimigo comum: a mulher e os avanços das pautas feministas.

Como bem observa Arcanjo Neto:

O presente trabalho nasce da percepção dos avanços na popularidade de discursos como o redpill, que pregam claramente condutas misóginas, assim como a inserção de elementos simbólicos do seu discurso tanto na vida on-line e off-line. Deste modo, é tomada por questão central entender como o discurso dos grupos masculinistas (redpill, incel, artistas de sedução, etc.) encontra eco nos homens, mesmo diante da diversidade de manifestações de masculinidades no Brasil. (Arcanjo Neto, 2025, p. 7).

Essa "inserção de elementos simbólicos" mencionada pelo autor conecta-se diretamente à gramática da machosfera discutida anteriormente. No Brasil, essa gramática ganha contornos específicos ao se hibridizar com o moralismo religioso e a retórica da extrema-direita. Canais como o Redcast e o Submundo Intelectual funcionam como laboratórios de subjetividade, onde a performance do "Homem Alpha" é vendida como a única saída para a suposta opressão feminina.

A radicalização, portanto, não ocorre de forma abrupta, mas através de uma estratégia que Arcanjo Neto classifica como *alt-light*. Trata-se de uma suavização do discurso extremista para que ele possa circular em plataformas de grande alcance sem sofrer sanções imediatas. Nesse estágio, o ódio não é apresentado de forma bruta, mas como "verdades biológicas" ou "conselhos de relacionamento".

Sobre essa disputa narrativa, Arcanjo Neto destaca:

Essas etapas serviram para evidenciar a disputa científica que pequenos grupos de homens mantêm sobre as dinâmicas de gênero; a relação entre extrema-direita e masculinismo; o isolamento como elemento de desfrute de porta-vozes do movimento; etc. Em conclusão, é pontuada a importância desse tipo de pesquisa para o combate dessa corrente. (Arcanjo Neto, 2025, p. 7).

A intersecção com a cultura do aconselhamento financeiro, já delineada neste artigo, é o terreno fértil onde essa estratégia *alt-light* floresce. Ao transformar a misoginia em um ativo de sucesso econômico, a machosfera brasileira cria o "empreendedor do self" misógino. Para esse sujeito, a mulher é lida através da métrica do custo-benefício, um obstáculo à acumulação de capital ou um recurso a ser explorado. A performance da masculinidade hegemônica torna-se, assim, indissociável da performance do sucesso financeiro.

O isolamento social, intensificado pela arquitetura algorítmica das redes, atua como um catalisador. Ao isolar o indivíduo de convívios diversos, as plataformas criam câmaras de eco onde o ressentimento é validado coletivamente. Arcanjo Neto identifica que esse isolamento é, muitas vezes, incentivado pelos próprios influenciadores do movimento, que se colocam como os únicos detentores da "verdade" (a Red Pill).

Essa barreira cognitiva é o que permite a inversão da lógica de agressão: o agressor passa a se ver como um justiceiro combatendo um sistema matricial (a Blue Pill) que o oprime. No contexto brasileiro, essa narrativa ganha contornos de pânico moral, onde a "destruição da família tradicional" é utilizada como justificativa para o monitoramento e a violência contra corpos femininos.

A violência digital, portanto, não é um subproduto, mas o objetivo central dessa gramática. Ela se manifesta na destruição reputacional, no silenciamento e na desumanização sistemática. Quando Arcanjo Neto analisa os comentários em vídeos de canais como o Redcast, ele observa uma "pedagogia do terror" que visa disciplinar qualquer comportamento feminino que escape ao controle patriarcal.

Essa pedagogia conecta-se à necropolítica de gênero mencionada anteriormente. Ao produzir uma "morte em vida" para as mulheres que ocupam o espaço público digital, a machosfera brasileira atua como um braço digital de um sistema de terror mais amplo. A violência é performada para uma audiência que a consome como entretenimento e aprendizado, reforçando os laços de pertencimento ao grupo através do ódio compartilhado.

Por fim, é imperativo reconhecer que a machosfera brasileira não é um fenômeno marginal, mas uma rede poderosa conectada a estruturas políticas e econômicas de grande escala. A análise de Arcanjo Neto (2025) reforça a necessidade de abordagens que não apenas punam o indivíduo, mas que interroguem a economia da atenção e o capitalismo de vigilância que lucram com a espetacularização do ressentimento masculino. A "crise da masculinidade", longe de ser um problema individual, é um projeto político de restauração de hierarquias que ameaça a integridade democrática e a segurança de todas as mulheres.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação desenvolvida ao longo deste artigo permite concluir que a machosfera brasileira não representa um fenômeno marginal ou inofensivo, mas sim uma rede complexa e sofisticada de restauração patriarcal adaptada à era algorítmica. A análise da "gramática do poder" revelou que o uso de categorias como Red Pill funciona como um divisor de águas cognitivo, operando uma inversão perversa onde o agressor se percebe como vítima e a violência é justificada como uma forma de "justiça" contra uma suposta opressão feminina.

Ficou demonstrado que a radicalização masculina está profundamente entrelaçada com a lógica neoliberal. A intersecção com a cultura do aconselhamento financeiro transforma a misoginia em uma mercadoria: influenciadores e coaches de masculinidade monetizam o ressentimento, vendendo a promessa de uma "soberania masculina" que depende do silenciamento e da subordinação das mulheres. Esse "capitalismo do ódio" é

alimentado pela arquitetura das plataformas digitais, que lucram com a espetacularização do conflito e a desumanização sistemática de corpos femininos, especialmente aqueles que ocupam as interseções de raça e classe.

A hipótese inicial de que a violência digital é uma continuidade histórica das estratégias de controle patriarcal foi confirmada. No entanto, o elemento novo reside na escala e na velocidade da propagação desse terrorismo discursivo. A "necropolítica de gênero" digital produz danos reais: silencia vozes, destrói reputações e retira mulheres do debate público, operando um regime de "morte social" que precede e, muitas vezes, autoriza a violência física. Como aponta Arcanjo Neto (2025), o isolamento social e a disputa científica sobre as dinâmicas de gênero são peças-chave para manter o seguidor em um estado de vigilância constante contra o "inimigo" feminino.

Para o campo do Direito e das Ciências Sociais, os achados deste estudo indicam que as respostas institucionais não podem se limitar a medidas punitivas individuais. É urgente questionar a responsabilidade das plataformas e os modelos econômicos que tornam a misoginia um negócio lucrativo. O enfrentamento à machosfera exige a desconstrução do mito da vitimização masculina e a promoção de novas pedagogias de masculinidade que não se baseiem na negação do outro. A liberdade de expressão não pode servir de escudo para a estruturação de regimes de terror digital que comprometem a integridade democrática.

Em última análise, este artigo reforça que a disputa por uma internet segura é, em essência, uma disputa pela própria definição de humanidade. Enquanto o ressentimento for transformado em identidade e a identidade em performance de dominação, a violência patriarcal continuará a se reinventar. Espera-se que esta análise contribua para o fortalecimento de redes de resistência e para a formulação de políticas que reconheçam a gravidade da radicalização masculinista como um dos grandes desafios civilizatórios da contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ARCANJO NETO, Luis Rafael. **“Crise da masculinidade”**: uma análise dos discursos e implicações do masculinismo on-line no contexto brasileiro. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025.

BATES, Laura. **Los hombres que odian a las mujeres**: incels, artistas de la seducción y otras subculturas misóginas online. Madrid: Capitán Swing, 2023. Empiria: Revista de Metodología de Ciencias Sociales, [s. l.], n. 61, p. 201-204, maio/ago. 2024

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLOMBO, Cristiano; FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de Moura; ENGELMANN, Wilson (Coord.). **Tutela jurídica do corpo eletrônico: novos desafios ao direito digital**. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2022.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. Tradução de Bruna Barros e Jess Oliveira. São Paulo: Boitempo, 2022.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Cortez, 2021.

CONNELL, Robert Will; MESSERSCHMIDT, James. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

FARIAS, Yasmin Moraes. **I niver wanna miss you: uma análise da utilização do Tik Tok na comunidade redpill no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Jornalismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

KIMMEL, Michael. **A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, 1998.

MIGUEL, Vinicius Machado; PRIORI, Lucas. **Seja Misógino e Fique Rico: As intersecções entre cultura de aconselhamento financeira e discurso de ódio**. In: 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte, MG, 2023. Anais... Belo Horizonte: Intercom, 2023.

MORAIS, Ana Luiza Vieira; OLIVEIRA, Luiz Ademir de. **Narrativas masculinistas e misoginia digital: o papel de Thiago Schutz na propagação do discurso Red Pill no Brasil**. In: 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Vitória, ES, 2025. Anais. Vitória: Intercom, 2025.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

KONISHI, Nikolas Yoshitaka de Oliveira; LOSE, Johan Fonseca; CHAVES GONÇALVES, Paola Marlen; SPOLLE, Marcus Vinicius. A "machosfera" e as novas masculinidades: a recepção brasileira nas redes sociais. In: CONGRESSO

BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 22., São Paulo, jul. 2025. Anais. São Paulo: USP, 2025.

SAGOT, Montserrat. **Cuerpos de la injusticia**: una crítica feminista desde el centro de América. Buenos Aires: CLACSO, 2024. 576 p.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016. 188 p.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.